

--- N.º 3/2015 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE TRINTA DE MARÇO DE DOIS MIL E QUINZE.-----

--- Aos trinta dias do mês de março de dois mil e quinze, nesta Cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, extraordinariamente, no Salão da Assembleia Municipal nos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte:-----

-----ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização para adjudicação ao Banco BPI S.A. de um empréstimo no montante de 3.191.176,46€ (três milhões cento e noventa e um mil cento e setenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos), com início a 13 de agosto de 2015 e término a 13 de fevereiro de 2031, para substituição do contrato mútuo celebrado com o BBVA em 24 de novembro de 2010, nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2015, nas seguintes condições: -----

-a) reembolso em 31 prestações semestrais postecipadas de capital constante e juros ao saldo, com a 1ª a vencer-se no dia 13 de fevereiro de 2016 e a última no dia 13 de fevereiro de 2031;--- -----

-b) taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses (base 360 dias) acrescida de um spread de 1,30%.(Grelha E)-----

---SEGUNDO - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025 “ Famalicão Visão 25”, nos termos da respetiva proposta. (Grelha D)-----

---TERCEIRO - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de transação judicial no âmbito do processo nº 1278/13.5BEBRG, e respetivas condições de pagamento expressas na proposta respetiva, e de celebração de contrato de urbanização no âmbito da Unidade de Execução do P.U da Devesa, respetivas condições financeiras e autorização do respetivo compromisso plurianual nos termos da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual. (Grelha C) -----

---QUARTO - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Avaliação de Cedências para o domínio do município, para os efeitos previstos na alínea i), do número 1, do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tomar conhecimento e aprovar, para efeitos de arrolamento e inventariação, pelo montante de 217.408,65€ (duzentos e dezassete mil quatrocentos e oito euros e sessenta e cinco cêntimos) a relação de cedências constantes da relação anexa à presente proposta e que por economia e brevidade, aqui se dá como reproduzida, passando as mesmas assim a integrar o inventário de bens imóveis do Município. (Grelha E) -----

---QUINTO - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno, com a área de 120,00 m2, sita na freguesia de Oliveira São Mateus, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)

---A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Heitor Rui Santos Bernardo e Hélder Joaquim Fernandes Pereira, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO MARTINS MOTA -----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

---ALFREDO AUGUSTO MORAIS LIMA -----

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

---ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA -----

---ANDRÉ MANUEL SALDANHA FERNANDES -----

---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

---ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA -----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----

---ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS---**FALTOU**-----

---ANTÓNIO JOSÉ VIEIRA AMARAL -----

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----

---AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS -----

---AVELINO FREITAS SILVA---**FALTOU** -----

---BRUNO SILVA CAMPOS -----

---CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO -----

---CARLA SOFIA SANTANA AFONSO R. FARIA-----

---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----

---CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO-----

---DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU-----

---DIOGO ANDRÉ COSTA OLIVEIRA -----

---DOMINGOS SOUSA COSTA -----

---DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO -----

---FIRMINO VILA VERDE COSTA-----

---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----

---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----

---HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA -----

---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----

---JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO -----

---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO-----
---JOAQUIM ALMEIDA SANTOS SILVA-----
---JOAQUIM CARVALHO GRANJA SILVA -----
---JOAQUIM MARTINS RODRIGUES -----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS-----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
---LURDES OLIVEIRA FERNANDES-----
---MANUEL AZEVEDO SILVA -----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
---MANUEL JOAQUIM DUARTE SANTOS---**FALTOU-JUSTIFICOU**-----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO-----
---MANUEL MARTINS COSTA-----
---MANUEL OLIVEIRA SANTOS -----
---MANUEL SILVA ALVES-----
---MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
---MARIA ESPERANÇA DIAS FERREIRA OLIVEIRA -----
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----
---MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA -----
---MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES -----
---MIGUEL OLIVEIRA COSTA -----
---NUNO ANDRÉ ARAÚJO SANTOS REIS SÁ -----
---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----
---PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA -----
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
---PAULO JORGE LOPES COELHO -----
---RAQUEL ALMEIDA PINTO -----
---RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ -----

---RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES-----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----

---VITOR TORRES PEREIRA-----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (Luís Ângelo Oliveira)**

– Deu início á sessão, dando conhecimento que, o Dr. Nuno Melo, por impedimento não estará presente, solicitando ao Grupo Municipal do CDS/PP um membro para completar a Mesa da Assembleia Municipal. Informou também os membros da Assembleia Municipal que, a Câmara Municipal solicitou a retificação do texto no quinto ponto que passa a ter a seguinte descrição: - “discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno, com a área de 120,00 m2, a confrontar do norte com Manuel José Queirós Ferreira, do sul com Caminho público, do nascente com Junta de Freguesia de Oliveira São Mateus e do poente com Rua Zona Industrial de Pocinhos, sita na Rua Zona Industrial de Pocinhos da freguesia de Oliveira São Mateus, Concelho de Vila Nova de Famalicão, nos termos da respetiva proposta. Deste modo, fica retificado o quinto ponto com esta adenda. Propôs o término da sessão para as zero horas e trinta minutos.-----

---**PRIMEIRO PONTO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização para adjudicação ao Banco BPI S.A. de um empréstimo no montante de 3.191.176,46€ (três milhões cento e noventa e um mil cento e setenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos), com início a 13 de agosto de 2015 e término a 13 de fevereiro de 2031, para substituição do contrato mútuo celebrado com o BBVA em 24 de novembro de 2010, nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2015, nas seguintes condições: -----

-a) reembolso em 31 prestações semestrais postecipadas de capital constante e juros ao saldo, com a 1ª a vencer-se no dia 13 de fevereiro de 2016 e a última no dia 13 de fevereiro de 2031;--- -----

-b) taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses (base 360 dias) acrescida de um spread de 1,30%. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento. -----

---**MARIA ESPERANÇA OLIVEIRA (PSD)** – A minha intervenção vem de encontro ao já dito pelo Sr. Presidente mas, penso que quando se alcança uma solução benéfica para o município, deve ser realçada, assim, com esta substituição do empréstimo do BBVA para o BPI, a Câmara de Famalicão, consegue a redução de um Spread de 4% para 1,30%, diminuindo assim o serviço da

divida em perto de 690 mil euros. Sabendo que neste momento poucas são as entidades públicas ou privadas que têm poder negocial para com os bancos, ao efetuar esta substituição de empréstimo a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão dá fortes sinais de boa saúde financeira, credibilidade e uma situação privilegiada na negociação com a banca.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ADJUDICAÇÃO AO BANCO BPI S.A. DE UM EMPRÉSTIMO NO MONTANTE DE 3.191.176,46€ (TRÊS MILHÕES CENTO E NOVENTA E UM MIL CENTO E SETENTA E SEIS EUROS E QUARENTA E SEIS CÊNTIMOS), COM INÍCIO A 13 DE AGOSTO DE 2015 E TÉRMINO A 13 DE FEVEREIRO DE 2031, PARA SUBSTITUIÇÃO DO CONTRATO MÚTUO CELEBRADO COM O BBVA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010, NOS TERMOS DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015, NAS SEGUINTE CONDÇÕES: -----

-A) REEMBOLSO EM 31 PRESTAÇÕES SEMESTRAIS POSTECIPADAS DE CAPITAL CONSTANTE E JUROS AO SALDO, COM A 1ª A VENCER-SE NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2016 E A ÚLTIMA NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2031; -----

-B) TAXA DE JURO VARIÁVEL INDEXADA À EURIBOR A 6 MESES (BASE 360 DIAS) ACRESCIDA DE UM SPREAD DE 1,30%. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----

---SEGUNDO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025 “Famalicão Visão 25”, nos termos da respetiva proposta.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----

---VITOR PEREIRA (PS) – Na longa caminhada das comunidades, quem se propõe a acompanhá-las depara-se com uma tarefa de extrema complexidade e portanto, dotamo-nos de um instrumento de gestão estratégica, participado, orientador que aponta horizontes e caminhos possíveis, que depois se procurarão no dia-a-dia concretizar e trilhar é algo com que o Partido Socialista se congratula e revê. De resto, não é uma posição nova, o Partido Socialista durante a campanha eleitoral para as últimas eleições, tinha inclusive no seu programa eleitoral, uma proposta de elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do concelho. Portanto, não poderíamos estar em maior sintonia na necessidade de elaboração desta chamada “Visão 25”, podia ser Visão 20, podia ser Visão 30, foi “Visão 25” e está bem! E mais diríamos, não podemos estar em desacordo com um texto que define valores e os valores por definição são coisas desejáveis e passo a citar – “o nosso município enfim, deverá então procurar uma situação onde são dadas respostas às necessidades e aos problemas, onde existem desafios e oportunidades, onde se pretende subir a um

patamar na cadeia de valores e afirmar um território tecno industrial. Estamos em total de acordo e votaremos favoravelmente este documento. Esperamos também que, esta partilha de visão possa suscitar e inspirar políticas concretas mais eficazes. Deparamo-nos no dia-a-dia, quem percorre o nosso Município com situações verdadeiramente preocupantes, sinais de um mal-estar que deve preocupar todos, desde o centro urbano em situação de profunda necessidade de reabilitação devido ao seu estado de degradação. Um comércio local que sofre enfim, as consequências de sucessivos encerramentos e portanto, uma certa decadência na sua dinâmica de funcionamento. Uma escola pública que apresenta resultados confrangedores. Centros de saúde que encerram. O centro hospitalar que vive sob o espectro da sua desqualificação. Um tribunal já despromovido. Investimento público estadual cortado cegamente e indiferentemente. Sintomas, dizia, de um mal que nos parece profundo e é fundamental contrariar este estado de coisas. Pelo que, esperamos que esta “Visão 25” possa traduzir mais do que uma mera explanação de uma visão otimista do futuro, que de resto partilhamos, mas que possa igualmente servir de mote para uma atitude política nova, políticas concretas mais eficazes que atentem à imperiosa necessidade de debelar estes problemas que nos afetam. -----

---**AUGUSTO LIMA (PSD)** – Este Plano Estratégico “Visão 25” agora apresentado, foi de facto, inovador a três níveis. Podemos dizer que, foi inovador ao nível da metodologia, ao nível dos resultados alcançados e ao nível da própria avaliação e acompanhamento que se quer deste Plano Estratégico “Visão 25”. -----

---Ao nível da metodologia, o senhor Presidente da Câmara já aqui referiu alguns aspetos, mas eu sublinhava e reiterava mais dois ou três aspetos. -----

---Em primeiro lugar, a identidade do território. Foi finalmente um trabalho feito na perspetiva de sabermos quem somos e para onde queremos ir. Claramente com todo o trabalho que se fez, junto de todos os intervenientes que participaram neste Plano Estratégico, uma das principais mensagens que se pretendeu saber foi exatamente para onde é que o território quer ir! Para onde é que os famalicenses quiseram ir! -----

A este respeito há de assinalar os mais de trinta eventos que foram realizados neste processo. Portanto, programas abertos à comunidade, ateliês temáticos dirigidos a públicos específicos, plataformas, fóruns, tudo isto numa perspetiva de recolher contributos para o Plano Estratégico. Conforme já aqui foi referido, pretende-se que seja um Plano mais do que um documento, que seja um movimento que esteja em aberto e que represente acima de tudo uma dinâmica, dinâmica essa que esperemos que seja uma ferramenta essencial para os agentes locais. É bom referir a este respeito que este Plano não é só para o executivo, não é só para a Câmara Municipal. Este Plano é também para os agentes locais que estão no nosso Concelho, as escolas, as IPSS, as empresas, todos

eles poderão socorrer-se deste Plano Estratégico. Mas se ele foi inovador ao nível da metodologia, nós também podemos dizer que foi inovador ao nível dos seus resultados. Senão vejamos, julgo que vale a pena pararmos para ver com atenção a visão que foi traçada para 2025. A visão como sabem e é isso que nos permite nas organizações, estabelecer, sonhar é através da visão. E a visão diz-nos claramente, seremos uma comunidade técnico-industrial global num território verde multifuncional. Sublinhar aqui o aspeto de comunidade, sublinhar aqui o aspeto técnico-industrial, claramente somos um Concelho industrial. Finalmente, temos orgulho na nossa indústria, temos orgulho nas nossas empresas, mas queremos elevar este patamar da nossa produção e portanto, queremos elevar para índices de tecnologia com mais incorporação de tecnologia, com mais incorporação de inovação focada nomeadamente, em novos materiais e na especialização, não é por acaso que no próprio Plano Estratégico um dos seus projetos estruturantes está claramente referido, o setor têxtil e o setor agroalimentar, claramente setores fortes do nosso Concelho. -----

---Foi também inovador ao nível dos programas e projetos que já apresenta. Portanto, já foram apresentados quatro programas estrelas e vinte e cinco projetos estruturantes. Já estamos aqui a falar de coisas concretas que estão apresentadas neste Plano Estratégico, como exemplo, temos o centro de competências agroalimentar, o projeto educativo local e o plano de ação para a eficiência energética, portanto já são ações concretas das vinte e cinco que foram apresentadas neste Plano Estratégico.-----

---Finalmente, gostaria de sublinhar o seguinte, se ele foi inovador ao nível da metodologia, se foi inovador ao nível dos seus resultados, também está a ser inovador ao nível do acompanhamento e avaliação. Pela primeira vez, temos um Plano Estratégico com um quadro de bordo com indicadores. Indicadores que nos dizem o ponto de partida e que nos permitem fazer uma avaliação constante desses indicadores, será uma ferramenta fundamental até para a própria Assembleia Municipal, para acompanhar todos os anos a evolução desses indicadores. Portanto, está aqui o quadro de bordo com cerca de trinta indicadores onde vamos acompanhar a execução deste Plano Estratégico. E dizer também o seguinte para terminar, é que as metas que foram escolhidas, foram escolhidas tendo em conta a “Europa 2020”, não estamos aqui de uma forma isolada, estamos aqui com o intuito de nos compararmos nomeadamente, com outros concelhos e com outros territórios a nível europeu. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Relativamente a este ponto designado por “Plano Estratégico para Vila Nova de Famalicão” numa chamada “Visão 25”, oferece-nos dizer de uma forma muito global que, se trata de uma grande proposta de facto, mas de uma proposta que tem um objetivo central que é uma grande operação de marketing no concelho. E esta operação de marketing, desde logo tem por definição, ou como estratégia digamos assim, a tentativa de perpetuação desta Câmara no poder. A nosso ver e de uma forma global, dir-se-ia sempre que se trata de fazer um pouco a

dinâmica daquilo que já foi num passado recente e que ainda se vê por aí, do chamado “*jobs for the boys*”. E nesta perspetiva, também dizer que, em muitas situações esta é outra que não vem a discussão sequer que é a grande questão dos trabalhadores deste Concelho. Fala-se muito em investimento, fala-se muito no crescimento económico. Não se fala sobretudo no desenvolvimento económico, que seria algo que a CDU defende no sentido de ser harmonioso para o Concelho, em que todos os cidadãos trabalhadores seriam agentes participativos. Pensamos que, num quadro destes, em que as próprias relações laborais são já tão confrangedoras, em que se vê por aí tanto trabalho precário jovem em que as relações laborais praticamente não existe, trabalho clandestino, trabalho que na maior parte deles sem quaisquer direitos, trabalho de gente que está formada e a exercer esse trabalho pelos 500€ mensais. Portanto, não há aqui uma linha sequer que aborde esta questão, pensamos que era de toda a sua grande importância. E sendo assim, dir-se-á também, que mesmo em relação às pequenas e médias empresas, e ao pequeno comércio, havia aqui na verdade muito a dizer no que diz respeito ao incremento. O senhor Presidente da Câmara, não pode só visitar e é importante que o faça, as grandes empresas, aquelas que já singraram no mercado, mas é importante que se dê muito e muito alento àquelas que têm dificuldade e que se dê estímulo, mas sobretudo que também façam parte desta premissa, que é, havendo investimento haver também incremento à criação de postos de trabalho. Claro que, sem isto, nunca mais poderemos resolver um problema neste Concelho, como aliás não é só neste Concelho mas muitos outros, que é a existência de facto de relações laborais que permitam a quem trabalha ter estabilidade na vida. E portanto, tudo isto, naturalmente muito ligado, tem a ver com o seguinte, queixa-se e de facto os números estão aí, queixa-se esta Câmara que os nascimentos aqui no Concelho tem vindo a reduzir, que o índice de natalidade tem vindo a reduzir e que o envelhecimento de alguma forma tem crescido. É claro que, para qualquer cidadão não havendo um emprego minimamente estável, não é possível singrar na vida, não é possível sequer ter uma casa, não é possível de facto, ter a possibilidade de ter um filho que possa sustentar. E isto é importantíssimo também para o desenvolvimento do próprio concelho. Mas se fossemos a ver também algumas vertentes, nós sempre diríamos que por exemplo, a vertente do turismo, apesar de reconhecermos algum esforço desta Câmara nessa parte, sempre se dirá o seguinte, a vertente do turismo é algo que está muito e muito por explorar. Reconhecendo que há em Famalicão algumas potencialidades, naturalmente não podendo comparar com outros concelhos vizinhos, mas sempre se dirá que aqui em Famalicão sempre era importante por exemplo, também apostar bastante no turismo, mas nós também defendemos e já agora a propósito dos problemas da poluição, dos problemas do estímulo, e ao uso da bicicleta traçado já em algumas ciclovias, sempre pensamos o seguinte neste aspeto, porque que é que a Câmara por exemplo, não considera o grande estímulo a muita coisa, à mobilidade dos cidadãos, a possibilidade de irem ver a peça do teatro, ou o

final que está em cena, porque é que a Câmara não aponta no sentido de reduzir aos custos do transporte. Porque esta possibilidade da mobilidade iria criar no mínimo duas vertentes, não só à deslocação como à possibilidade de muita gente poder usufruir desta e daquela iniciativa, e nesta perspetiva pensamos que, a Câmara peca por não apontar também neste sentido de melhoria de condições de vida dos famalicenses. Tendo por base aqui este problema da mobilidade e não só, já agora para exemplo, a Câmara que possibilitou a ida de muitos famalicenses a ir ver o jogo do Famalicão em Alvalade, pois claro que nesta perspetiva, também nós pensamos que aqui está uma ideia interessante colhê-la para dentro por forma a que a levasse o mais por diante. Não queremos acreditar que, este Plano efetivamente venha a colher junto dos famalicenses a sua concretização, sempre reconhecendo que não há como tentar, mas não vemos aqui mais do que de facto, algo que tenha a ver com uma operação política de marketing desta Câmara e pouco mais do que isso. -----

---**FIRMINO COSTA (PSD)** – Antes de uma análise ao Plano e numa visão de juventude, gostava aqui de louvar esta iniciativa levada a cabo pela Câmara Municipal, numa questão chamada inclusão. Visto que, este sim, deve ser o modelo do presente e do futuro de uma governação. Uma governação que permita uma inclusão ativa da população, todos ficam a ganhar com esta inclusão, participação, envolvimento e proximidade. Este Plano Estratégico, foi obviamente, preparado e debatido por todo este concelho, se tem algo em comum é realmente a participação dos famalicenses, na qual podemos chamar que este é um Plano virado e trabalhado pelos famalicenses. Analisando obviamente, este Plano Estratégico numa visão mais de juventude, acredito que é um Plano de confiança no qual os jovens famalicenses podem acreditar, visto que o mesmo vai de encontro às preocupações e aos anseios de cada jovem no nosso Concelho. Este Plano Estratégico respira juventude devido ao seu longo alcance, devido à sua longitude temporal, visto estarmos a falar de um Plano Estratégico para dez anos de vigência. E deixava aqui duas ou três notas de algumas políticas de juventude que são importantes destacar no que diz respeito a este Plano Estratégico.-----

---A garantia de um investimento na educação e formação profissional para a aquisição de competências assentes na promoção da igualdade ao ensino de boa qualidade. -----

---Ações como o projeto de empresa na escola. Um ponto muito importante para o futuro dos jovens na preparação para conseguirem corresponder ao mercado de trabalho.-----

---No que respeita à formação profissional, a formação de quadros médios no que diz respeito à procura das necessidades diretas diagnosticadas dentro da empresa.-----

---Outro ponto importante, a valorização e a dinamização de uma loja da profissão, ponto este que será de impacto positivo para a juventude. -----

---É de valorizar também a eficiência que este Plano procura na sua administração pública, na descentralização municipal, nomeadamente, naquilo que é o atendimento ao cidadão. Cooperação Município junto da Freguesia, corporativismo, tudo isto são, realmente pontos aos quais este Plano Estratégico corresponde para esta visão até 2025. Por isso, gostaria de terminar dizendo, que esta é realmente a forma certa de trabalhar. Garantir o futuro, é realmente garantir que Famalicão tenha presente e que Famalicão tenha acima de tudo, um futuro próspero. -----

---**ADELINO MOTA (BE)** – Nós não participamos da ideia exposta pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de que este Plano tivesse tido a participação que aqui foi mencionada. Considerar participação significativa da população andar um qualquer sofá, a percorrer o Concelho, em que as pessoas colocam lá uma palavra e tirar dessa conclusão que é a participação da população neste Plano, não nos parece do nosso ponto de vista, a melhor análise. Nós entendemos de que, para as pessoas participarem num Plano como este, era necessário de facto, fazer discussão, perguntar às pessoas o que é que elas pensam para o futuro. E isso, por muito que isto possa custar, de facto, essa não foi a prática que levou a esta discussão. O Bloco de Esquerda, teve a oportunidade de participar numa reunião da Câmara Municipal na discussão deste Plano. A Câmara Municipal convidou-nos e nós, como partido responsável, fomos reunir e apresentar aquilo que nós considerávamos que deve ser um Concelho no futuro. Na altura tivemos a oportunidade de mencionar, que não chegava numa perspetiva de Concelho de futuro, só um documento a apontar um diagnóstico correto e algumas perspetivas para o Município a dez anos. Na altura tivemos a oportunidade de fazer ver, de que mais importante que fazer um documento que perspetive um Concelho a dez anos, é mais importante concretizar, planear e satisfazer as necessidades que os famalicenses têm e sentem nesta altura. Tivemos oportunidade de o dizer, tivemos oportunidade de alertar para as dificuldades que os famalicenses passavam, no desemprego, na habitação, na falta de condições de vida, na falta de acessibilidades. E depois de fazermos isto junto da Câmara Municipal e demos a oportunidade de sugerir à Câmara Municipal aquilo que nós vemos que deve ser um Concelho de futuro. Entendemos que, um Concelho de futuro só terá futuro se tiver presente, e infelizmente por muito que isto custe, nós não temos um Concelho com presente. E portanto, não poderia deixar de trazer este nosso ponto de vista aqui a esta Assembleia, vou ler os contributos que são de uma forma genérica e que fizemos chegar à Câmara Municipal: -----

---“Para o Bloco de Esquerda de V. N. de Famalicão, mais importante que apresentar uma visão para 2025 assente em matérias meramente teóricas, este plano de visão do concelho a 10 anos deve levar a que sejam implementadas medidas concretas. -----

---Queremos um município inclusivo em que todos tenham acesso ao abastecimento de água e saneamento básico, a educação pública de qualidade, habitação condigna, cuidados de saúde de

qualidade e de proximidade. Um município com pleno emprego com direitos e com forte participação da população em iniciativas culturais e desportivas, potenciadores de uma total integração.-----

---Visualizamos um município sustentável e equilibrado com um PDM clarificador e bem definido, em que os polos urbanos obedecem a Planos de Urbanização que garantam um desenvolvimento harmonioso e equilibrado. -----

---Defendemos a implementação de um concelho Verde - (referir que hoje em Riba D’Ave, derrubaram-se umas dezenas de árvores e todas ou quase todas em bom estado).-----

---Para o Bloco de Esquerda, a participação das populações nos destinos da sociedade é fundamental. Nos próximos 10 anos, defendemos uma participação mais ativa da população nas decisões de tudo o que às suas vidas diz respeito – (referir aqui mais uma vez que no último Plano e Orçamento, a Câmara Municipal rejeitou a proposta de que se tivesse feito o Orçamento participativo, queremos que a população participe. Fica aqui mais um apelo, que no próximo Orçamento as pessoas possam participar e dar o seu contributo para que seja um Concelho participativo e que os munícipes dão o seu contributo por um Concelho onde dê gosto viver). -----

---Estes são os contributos que o BE entende melhor servirem os interesses dos famalicenses, estamos convencidos que, se forem aceites como contributos para o plano visão 25, daqui a 10 anos teremos um concelho onde todos teremos orgulho em viver e trabalhar e será um concelho exemplar para o país. -----

---Se continuarem como até agora, de facto, nem daqui a 25 anos seremos um Concelho em toda a sua plenitude”. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para que o silêncio não faça caminho, o senhor Deputado, Domingos Costa, fez aqui uma afirmação que não corresponde à verdade e é minha obrigação repor a verdade. A pretexto da mobilidade e os seus contributos da mobilidade são obviamente enriquecedores, mas fez referência a uma situação que não é correta, evidenciou uma ida a Lisboa ao Estádio de Alvalade! A Câmara Municipal, não teve nada a ver com essa situação e é bom deixar bem registado. Não teve qualquer tipo de contribuição para essa viagem, simplesmente, elementos da Câmara Municipal incluindo eu próprio, participamos nessa viagem sem qualquer envolvimento do erário público. Portanto, queria deixar esta nota para que não passasse em claro essa referência que fez, é minha obrigação de repor a verdade. -----

---**REIS CAMPOS (PS)** – O meu contributo nesta matéria é um pouco ao contrário do que regra geral é politicamente correto. Eu acho que, Famalicão tem um corpo e tem tentáculos muito grandes, mas tem uma cabeça pequena. O que eu quero dizer com isto, é que estamos em tempo de a Câmara e neste projeto “Visão 25”, que acho ótimo, que haja uma dinâmica, que haja uma estratégia para

futuro, acho que é fundamental não descurarmos Famalicão Cidade, ou seja, não descurar a City mesmo. Porque isto seria, do meu ponto de vista, voltar Famalicão para o exterior, ou seja, Famalicão está muito metido com nós próprios. É bom viver em Famalicão, é bom estudar em Famalicão, é bom trabalhar em Famalicão. Eu trabalho em Famalicão há 35 anos, estudei em Famalicão 7 anos e portanto, eu sei bem o que é Famalicão. Mas Famalicão corre o risco, às vezes até por motivos eleitorais e por pressões dos Presidentes de Junta e tudo isto, eu sei que estão cá os Presidentes de Junta e eu não quero retirar nada, não pretendo e a minha proposta não é retirar nada às Freguesias, mas acrescentar a Famalicão propriamente dito. Eu gostava que ao falar com os meus amigos, que regra geral não vivem cá em Famalicão e quando lhes falasse em Famalicão, eles tivessem alguma coisa onde Famalicão pudesse ser diferente do resto. Eu já apresentei aqui algumas hipóteses/soluções ao nível científico, ao nível das “*startups*” e de tudo isso, mas também eu aguardo ao contrário se calhar de alguns meus correligionários da obra que eventualmente se poderá fazer na Fundação Cupertino de Miranda, será alguma coisa que agregue pessoas e que traga pessoas a Famalicão. Famalicão é curioso que faz um Carnaval quase espontâneo e passa a ser um Carnaval forte. Famalicão tem as Feiras, tem as iniciativas do Turismo e tem sempre muita gente que vem cá, eu gostava ao contrário daquilo que as pessoas poderiam gostar mais de ouvir, é que Famalicão, de facto, começasse a ser eventualmente uma Cidade, em que em conjunto com o pelouro do Turismo, com o pelouro da Cultura, que houvesse alguma coisa que agregasse as pessoas a Famalicão. Sendo que eu sei que é difícil competir com o Porto, com Guimarães, com a Póvoa, seja o que for, porque uns têm umas coisas e outros têm outras, eu acho é que nós temos matéria suficiente para atrair as pessoas a Famalicão. Acho que a cidade e assim como um colega do meu Partido disse, -“ a Cidade está um pouco descurada”. O antigo Presidente da Câmara dizia, -“a nossa Cidade está muito mais bonita”. Está bem, é capaz de estar! Mas ainda não está para os meus gostos, ainda não chegamos aqui a Famalicão e não dizemos assim, qualquer pessoa não diz,- entramos numa Cidade com características especiais! Quais são estas características especiais? Aquilo que eu digo é sempre, primeiro é preciso atrair pessoas e pessoas novas. Portanto, estamos a falar da universidade, embora Famalicão não tenha nenhuma instituição pública universitária, que é mau, mas vamos pensar que já não é tão fácil isso, então que se pense nas pós-graduações, que se pense numa outra matéria que eu já falei aqui, ao nível mesmo do vestuário, das carnes e por aí adiante. Mas tornar Famalicão e o centro da Cidade, quem se lembra do centro da Cidade como eu há cerca de 50 anos, a Cidade não está muito diferente e em algumas coisas piorou. Não estou a falar desta Câmara, não estou a falar da Câmara anterior, mas em algumas dessas situações Famalicão piorou. Eu gostava que Famalicão, pelo menos, que tivesse algum atrativo e eu espero que a Fundação Cupertino de Miranda e que isso alavanque para alguma coisa de especial, mas eu não gostava de

morrer sem ver Famalicão como eu idealizei há muito tempo! Uma Cidade moderna, onde não é só bom viver, mas onde é bom conviver. -----

---DOMINGOS COSTA (CDU) – Eu volto aqui sobretudo para fazer uma retificação, dado que, quando referi a questão da mobilização em torno do jogo Famalicão/Sporting, e apesar de naturalmente discordar e infelizmente, só quando há futebol, ou quando há um evento desportivo no âmbito de jogadores de clubes profissionais, é que a comunidade famalicense se mobiliza digamos assim, em massa coletiva. É pena, porque o desejável seria que o fizesse noutros âmbitos, noutras vertentes. Mas a retificação que queria fazer e naturalmente, pedia desculpa ao senhor Presidente da Câmara, mas na verdade o que eu pretendia dizer era uma outra coisa, é que tomando como exemplo e isso sim, a iniciativa do Carnaval e esta é a verdade que marcou pela 1ª vez o Concelho no que diz respeito à resolução do problema da mobilidade, à acessibilidade que tiveram muitos famalicense e forasteiros a esta iniciativa. Esta acessibilidade permitiu, de facto, um evento que poderá nortear outros eventos por forma a terem não só o sucesso desejável, como o incremento e o atingir de um determinado patamar que leve como é evidente à criação do que é subjacente a isto, naturalmente nós temos que intervir à subjeção de empregos para os cidadãos. Não deixando naturalmente, de frisar que nunca desligaremos desta aposta, esta vocação e esta enorme necessidade que pensamos ter e que existe para o Concelho, nunca pretendendo desligar de uma outra necessidade que é a integração dos famalicense, que é um emprego digno de um mérito que é exigido, com um conjunto de direitos que nos parecem ser inalienáveis para qualquer cidadão e não o contrário, ou seja, continuarmos a ver gente em determinadas empresas, até em grandes empresas diga-se de passagem, a dar uma esmola salvo seja, a gente que está aí empregada e com habilitações literárias superiores à média. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PLANO ESTRATÉGICO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO 2014-2025 “ FAMALICÃO VISÃO 25”, NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA.FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, CO SSESSENTA E QUATROS VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.

---TERCEIRO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de transação judicial no âmbito do processo nº 1278/13.5BEBRG, e respetivas condições de pagamento expressas na proposta respetiva, e de celebração de contrato de urbanização no âmbito da Unidade de Execução do P.U da Devesa, respetivas condições financeiras e autorização do respetivo compromisso plurianual nos termos da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----

---PAULO PINTO (PS) – O senhor Presidente da Câmara, contou-nos aqui e aquilo parecia uma

história para crianças, mas senhor Presidente esta história para crianças não tem nada.-----

---“Estamos hoje aqui perante aquele que provavelmente será o caso mais grave da democracia famalicense até hoje. Todos os que estamos aqui, temos de ter consciência do que está aqui em causa hoje e de que forma cada um quer deixar a sua marca na historia famalicense. Em consciência não há um único famalicense que queira ficar conotado com este negócio ruinoso, com este enriquecimento sem causa como foi referida pela própria Câmara.-----

---Mas afinal do que estamos a falar? -----

Na reunião da Câmara Municipal de 29 de janeiro de 2009 a maioria PSD/CDS aprovou a celebração de um contrato absurdo aceitando a cedência de uma parcela de terreno de 134.235 m² de terreno. Esta parcela de terreno integrava uma propriedade com 199.384 m² e foi avaliada em 1.342.350,00€, isto é, a 10€/m².-----

Nos termos da referida deliberação, a Câmara aceitou a cedência, mas assumiu a obrigação de licenciar 100.000 m² de construção acima do solo na parte restante do terreno, isto é, em 65.149 m². Como contrapartida, a Câmara Municipal aceitou a obrigação de, “através da elaboração e aprovação de Plano de Urbanização até 31 de Dezembro de 2010, criar as necessárias condições para que seja possível na área restante do terreno propriedade da cedente edificar prédios com uma área bruta de construção de cem mil metros quadrados acima do solo, destinados a comércio, serviços, habitação e equipamentos, incluindo hotelaria e similares”. -----

No entanto, como se tal não bastasse, acrescentou uma cláusula penal especialmente generosa para o proprietário: -“5. Que mais delibere a Câmara Municipal que, caso o instrumento de gestão territorial ou outros condicionalismos legais supervenientes, venham a impedir uma área bruta de construção de 100.000 m² menos em relação àquele valor”.-----

---Assim, a coligação aceitou a cedência de uma parcela de terreno avaliada a 10€/m² mas estabeleceu para si própria uma cláusula penal que a poderia obrigar a pagar esse terreno a 150€/m².- Em suma, o terreno de 199.384 m² não tinha, praticamente, capacidade construtiva, uma vez que o PDM não o permitia (o PDM estabeleceu esse impedimento justamente porque a Câmara, gerida então pelo PS, queria construir ali o Parque da Devesa); uma vez que o proprietário queria construir, a coligação aceitou “por conta de cedências obrigatórias” os 134.235 m² obrigando-se a licenciar 100.000 m² de construção acima do solo na parte restante do terreno até 31/12/2010. Mas o licenciamento, naquela fase do processo, não dependia da Câmara pelo que o estabelecimento da cláusula penal era não só ilegal, mas também absurdo.-----

---O Partido Socialista, já em 2009, tinha denunciado este “cozinhado” na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e através da comunicação social. -----

Aliás diga-se de passagem que foram muitas as vozes que alertaram para este negócio ruinoso, incluindo pessoas ligadas a esta maioria. -----

---A coligação estava, no entanto, “segura” e afirmava-se “segura” em todo o lado, apesar de na Assembleia Municipal de 20 de fevereiro de 2009 um deputado do PSD especialista nestes assuntos ter afirmado: “Em 2002, o senhor Presidente (...) apresentou (...) um pré esboço de um PU, um Plano de Urbanização para aquela área. O que aconteceu é que desde essa altura até agora, o senhor Presidente veio-se a deparar não com o *simplex*, mas com uma série de complicações legislativas em termos de aprovação dos *PU's*, que foi exatamente aquilo que a Câmara do PS também se deparou com a dificuldade, ou mais, com a impossibilidade de, na prática, aprovar qualquer *PU*”. Voz avisada que nem por ser do PSD mereceu crédito junto da coligação. -----

---Também nessa altura o PS voltou a avisar esta maioria. Permitam-me que refira algumas das declarações pronunciadas por um deputado do PS na altura e passo a citar: - “Eu recomendo, senhor Presidente da Câmara, que faça baixar este assunto ao departamento jurídico, para ver se estes contratos podem ser assinados, ou se violam expressamente as disposições do regime jurídico de instrumento de gestão territorial.” -----

“ Antes que isto vá constituir responsabilidades para alguém, eu recomendo que o senhor Presidente da Câmara leve este assunto a um estudo aprofundado do ponto de vista jurídico.” -----

“Senhor Presidente da Câmara, o senhor sabe muito bem que estes terrenos não têm capacidade construtiva de acordo com os instrumentos que temos hoje. O Plano Diretor Municipal não permite as construções.” -----

“Portanto, não é possível assinar um contrato em que se estabeleça sanções para o Município, quando não consiga introduzir determinada solução urbanística num instrumento de planeamento. Isto não é admissível em forma nenhuma. Portanto, está consagrado, está estudado na Lei desde 2007”.-----

---Não podem dizer que o PS não avisou! Aliás o Senhor Presidente da Câmara à altura, também referiu nessa altura “porque quem vai aprovar o PDM não é a Câmara! A Câmara propõe, há uma comissão de acompanhamento, mas quem aprova ou não, é o Governo Português”. Portanto todos estavam conscientes e sabiam das dificuldades e impossibilidades de serem cumpridos certos prazos. Os *PU's* enfrentavam, portanto, “a impossibilidade de, na prática” serem aprovados. Este seria aprovado – mas longe, muito á frente, do prazo que a Câmara Municipal tinha imposto a si própria, quase dois anos depois. Sem surpresa, portanto. -----

---Mas mesmo assim o negócio avançou! E eis que a proprietária do terreno intentou uma ação judicial contra a Câmara exigindo uma indemnização de 15 milhões de euros por não ter obtido a

prometida licença de construção até 31 de dezembro de 2010, como a Câmara se tinha obrigado a conceder. -----

---Mas se a deliberação não era legal, por que produziria efeitos tão negativos para o Município, como reclamava a “Tempreduc, Limitada”?-----

---Isso mesmo foi questionado pela própria Câmara na contestação à ação, da qual retiramos algumas afirmações esclarecedoras e passo a citar:- “Com o devido respeito, é inequívoco o absurdo da pretensão da Autora.” -----

“A Autora pretende atingir com esta ação judicial um resultado absurdo, qual seja o de ficar com dois terrenos com capacidade construtiva de 100.766 m² e “embolsar” 15.000.000,00€.” -----

“É caso para dizer que o Réu iria financiar a construção e pagar já parte dos lucros do empreendimento!”-----

“Ou seja, o Réu não poderia obrigar-se a um resultado que não dependia só dele e que estava vinculado às leis e regulamentos pertinentes.” “A alteração do planeamento dependia e depende de terceiras entidades, tratando-se de uma atuação vinculada.” -----

“Assim sendo, o Réu nunca poderia vincular-se a um resultado que não dependia só dele e, muito menos, a um resultado num determinado prazo.” -----

“Mais, a Autora, conforme se alegou, desde que cedeu a parcela de terreno ao Réu e até à presente data nunca apresentou, nos serviços competentes do Réu, qualquer pedido de licenciamento ou de viabilidade”. -----

“É caso para dizer: a Autora quer ser compensada ou enriquecer à custa do erário público sem qualquer causa jurídica que o justifique.” -----

“Sufragar a pretensão da Autora corresponderia a sufragar um nítido enriquecimento sem causa.”

---Bom, perante tais afirmações da Câmara Municipal, como se pode entender o acordo agora proposto? E como o poderíamos aprovar? Para sermos cúmplices de um enriquecimento sem causa?

A coligação foi insistentemente avisada para não assinar o contrato ruinoso que assinou. Consciente e voluntariamente, decidiu avançar, assumindo os riscos para o Município. Sempre afirmou que tudo era legal, que tudo seria cumprido e que a oposição só estava, como sempre, a inventar fantasmas.

Os fantasmas apareceram, afinal existem! Embora sob a forma de “compra de capacidade construtiva”, sugerindo a resolução de um problema que não existe: constitui prioridade, neste momento, “comprar capacidade construtiva” quando ninguém constrói?! E quando ainda há freguesias no nosso concelho sem rede de saneamento? -----

E quem concedeu a capacidade construtiva de 100.000 m²? -----

E só há excesso de capacidade construtiva naquele terreno? E a capacidade construtiva que foi dada ao CITEVE e a outros proprietários em redor do Parque? Também vai ser “comprada”?! Ou este caso é excecional? -----

Aliás temos de ficar todos ainda mais preocupados com o que pode ainda vir aí porque como referiu na altura um Senhor Deputado do PSD e passo a citar:- “Relativamente a esta proposta, a diferença relativamente à anterior, é que ainda é mais vantajosa para a Câmara. Refira-se que a anterior era a da cedência dos terrenos do CITEVE. Se esta que era mais vantajosa vai custar quase 6 milhões de euros, nem queremos imaginar o que pode vir a acontecer. -----

Ora Senhor Presidente, perante uma história muito mal contada, que aparenta um enriquecimento sem causa, que se traduz num sacrifício de quase seis milhões de euros retirados dos bolsos dos Famalicenses, entendemos que esta Assembleia deverá de estar perfeitamente consciente e conhecedora de todos os factos e responsabilidades, para que todos os seus membros votem conscientemente e não tenham qualquer dúvida. Como tal, o grupo parlamentar do PS propõe a criação de uma comissão eventual, constituída por 9 elementos, com a duração de 30 dias, para analisar a cedência dos terrenos que integraram o denominado Parque da Devesa”. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Só deixar uma nota, que acho que é devida nestas circunstâncias, indo de encontro aquilo que o senhor Deputado, Paulo Pinto, aqui referiu. Ele percorreu uma parte da sua intervenção em episódios acontecidos no passado, nomeadamente em 2009. O que eu quero deixar a esta camara e a esta Assembleia Municipal, bem claro o seguinte: - Eu em 2009, não tive nenhuma participação neste processo, não tomei parte na deliberação de Câmara, não assinei o contrato, mas se tivesse, assinava exatamente como ele está. Para que não haja nenhuma dúvida, eu conheço bem as circunstâncias em que toda a solução foi encontrada e portanto, embora não estando na Câmara à altura, estamos a falar em janeiro, fevereiro, março, abril, maio de 2009, não era Vereador, não tinha nenhuma responsabilidade no Executivo, mas devo dizê-lo com total frontalidade de olhos nos olhos, que se à altura fosse ou tivesse qualquer responsabilidade na Câmara Municipal, teria assinado o contrato tal como ele foi assinado. E portanto, para que fique bem claro, acho que nesta fase do debate era importante aqui trazer esta afirmação, para que não houvesse qualquer dúvida acerca daquilo que eu penso sobre o que foi feito à altura. Repito, se à altura, tivesse qualquer responsabilidade, teria subscrito nos exatos termos em que o contrato o foi. --

---DOMINGOS COSTA (CDU) – Aqui discordamos plenamente relativamente a esta operação, que a nosso ver, não passa mais do que uma negociata e dizemo-lo sucintamente porquê? Em primeiro lugar, não se percebe muito bem, ou melhor, somos levados a concluir outras coisas aqui que mais à frente poderemos naturalmente referir, que é o pedido da Autora quando a ação é proposta de 15 milhões de euros. Dá a ideia de quem pede 15 milhões, pode pedir 20, ou 25 e por aí

acima, para depois numa eventual transação ficar-se por metade, ou mais ou menos metade se tivermos em conta de facto, os juros. Pedir é fácil, depois logo se verá. Os Tribunais existem para se ouvir a verdade e mentira, não sendo a justiça naturalmente divina, temos aqui alguns causídicos habituados a estas situações profissionais e sabem muito melhor do que quaisquer outros dos problemas inerentes a estas situações do pedir, e dos problemas inerentes naturalmente, ao arrastar-se de processos judiciais. Como todos nós sabemos o relógio não para e portanto, o contador está sempre a contar juros e nesta media há que haver forma num campo da razoabilidade, de por eventuais travões a algumas situações que possam ser descontroláveis. Dito isto, também se dirá uma outra coisa, eu penso que, o senhor Presidente da Câmara e em discordância absoluta, penso que o senhor Presidente da Câmara está a fazer um pouco o papel da justiça salomónica, enfim, cortando um pouco a questão para o meio e também ao mesmo tempo, dando um pouco de barato, ou não acreditando digamos assim, que desta contenda, a Câmara possa levar por diante as razões no sentido de que, não seja concedida à Autora um conjunto de razões no mínimo. Mas desde logo dizer uma coisa, aquando desta discussão em tempos idos, a CDU votou contra em que houvesse esta situação de autorização de uma parte do Parque da Devesa para construção imobiliária. E portanto, se nos imbuirmos do espírito que nos norteava e que norteia ainda a CDU, não estaríamos e se tivéssemos levado por diante a nossa proposta, não estaríamos hoje aqui certamente a discutir uma questão como esta. Somos e não é novidade para ninguém, a favor da criação de espaços verdes, é o caso do parque da Devesa. Diremos sempre que, para muitos dos que estão aqui não conhecendo, fomos pioneiros no avançar desta ideia, esta ideia é primeira da CDU no tempo das opiniões que foi levando há cerca de 20 anos atrás e portanto, regozijamo-nos pela construção do Parque, o mesmo não poderemos dizer relativamente à altura em que foi permitida a construção, e hoje também não estamos de acordo minimamente com esta tentativa de a Câmara se furtar, ou pelo menos, não acreditar que se faça justiça e ficar já pelos 5,5 milhões de euros, que no fundo dir-se-á antes que não será os 5,5 milhões porque o contador não para, com os juros de mora isto vai rondar os 6,5 milhões de euros. Por outro lado, achamos que, para além do mais, isto é um pouco e deixem-me passar a redundância, é mais do mesmo. Já quando foi da bomba de gasolina de Riba D'Ave, os herdeiros do proprietário acabaram por levar dois carrinhos numa situação que nos parece que não faria qualquer sentido. Ou seja, tiveram espaço para explorar a bomba e ainda foram indemnizados enfim, em algo que nos pareceu na altura e que o denunciámos, que era exorbitante. A propósito também recentemente, a MABOR, do usufruir de um acesso e ainda por cima isentam-nos de IMI porque criou postos de trabalho, como se o fundamental de uma empresa e não é de facto, não é o criar postos de trabalho, mas sim a maximização do lucro, claro que para ter lucro tem de ter postos de trabalho, mas não é esse o objetivo e temos aqui alguns exemplos que foram referidos noutras

alturas em que o seu investimento, dizem eles próprios, um investimento na minha empresa não significa que tenha que criar postos de trabalho e isto é negativo, claro que é, isto não se diz e não se faz. Em todo o caso, relativamente a esta situação que chamamos de grande negociata, diremos sempre que: - “ Segundo informação camarária, o Município terá sido notificado de ação judicial que contra ele terá sido interposta pela empresa Tempreduc, Limitada que, correndo aquela seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, estribar-se-á em negócio jurídico outorgado entre as partes (Município e Autora) em 11 de Maio de 2009, pedindo a Autora a condenação do Município numa quantia de 15 000 000 € (quinze milhões de euros), acrescidos de juros. -----

---Diz a maioria absoluta PSD/CDS que a Câmara contratualizou com a empresa, e na data referida, escritura pública de cedência de terreno destinado à implantação do Parque Urbano da Cidade – Devesa. Mais diz a Câmara que o Plano de Urbanização a que estava obrigada foi executado e aprovado, encontrando-se em vigor a partir da data da sua publicação em Diário da República, 2ª série, nº 200, de 16 de Outubro de 2012, garantindo nas duas parcelas de terrenos sobrantes, propriedades da Autora, a pretendida capacidade construtiva de 100 766,00 m². Contrapõe a proprietária que o Município não terá cumprido com a sua obrigação de, à data de 31 de Dezembro de 2010, ter aquele instrumento de gestão territorial em vigor e daí solicitar a condenação do Município. -----

---A Câmara Municipal, maioritariamente PSD/CDS, perante isto o que faz, envereda por um enredado exercício de natureza jurídica que, não a eximindo de eventuais responsabilidades, procura isso sim ir ao encontro dos objetivos da proprietária. -----

---É que sob pretexto de fuga ao “teor do pedido formulado” pela Autora e do “risco processual inerente ao processo judicial” apressa-se em propor uma transação no âmbito do processo judicial que reduziria os 15 000 000 € para 600 000€ e, ao mesmo tempo, e porque a proprietária aceitaria a diminuição da capacidade construtiva dos 100 000 para os 60 000 m², números redondos, compensaria também a proprietária em mais 4 900 000 €, isto é, a Câmara Municipal pagaria 5 500 000 € (cinco milhões e quinhentos mil euros), em prestações de 100 000€/mês, o que, acrescidos de juros à taxa de 2,5% contados dia a dia, sujeitaria o Município a um encargo financeiro anual de mais de 1 milhão de euros durante, pelo menos, cinco anos. -----

---Face a esta injustificada mas talvez intencional forma de agir, caberá perguntar: -----

---O proprietário deixou de estar interessado no uso da capacidade construtiva que inclusive o instrumento de gestão territorial lhe confere? E se deixou, porquê?-----

---A Câmara Municipal, dominada pelo PSD/CDS, demite-se de dirimir em pleito judicial as razões, e há-as, que lhe assiste. Porquê? -----

---Se nos ativermos à afirmação optimizadora do presidente da AICCOPN, senhor Reis Campos,

nosso contrerrâneo, dada à estampa há dias, não há lugar para a desistência, já que admite que o “segundo trimestre de 2015 é decisivo para dinamização do crescimento económico e a retoma do investimento” no setor da construção civil e obras públicas. -----

---Em relação à demissão da Câmara (PSD/CDS) de defender em juízo os lúdicos interesses do Município, e parafraseando a afrontosa afirmação da ministra “financeira”, concluir-se-á que os cofres do Município estão tão cheios que até favorecem este tipo de negociatas. Afinal, a receita do IMI que de 6 milhões em 2005, passa (em previsão, decerto acabará por ser mais) para 13 milhões em 2015 dá para isto e para outras prebendas para os amigalhaços. A seu tempo se saberá se outros sacos há - azuis ou não!-----

---A CDU não só está contra esta vergonhosa quanto lesiva negociata para os cofres do Município, que privará os famalicenses de mais obras, muitas delas previstas há muito tempo, como manifesta a sua disponibilidade para a sua inviabilização”. -----

---**ADELINO MOTA (BE)** – Ouvindo a exposição do senhor Presidente da Câmara sobre este ponto em que estamos em discussão, facilmente se compreende de que entre termos de pagar 15 milhões de euros, é preferível assinar este acordo e pagar só cerca de 6 milhões de euros, isto do ponto de vista teórico é assim, o problema é se do ponto de vista prático não sei se será assim. Mas esta questão não é colocada agora, como já aqui foi referido, esta questão foi colocada já desde 2009. O Bloco de Esquerda, como outros partidos na altura, teve a oportunidade de alertar a Câmara Municipal, para aquilo que nós considerávamos um erro que a Câmara estaria a cometer. E quer na realização do acordo que concretizou com a empresa, que agora segundo parece vamos ter que indemnizar, como inclusive com os outros acordos que foram feitos nos outros terrenos, nomeadamente, na questão do CITEVE, e a forma como todo o processo foi concluído. Na altura, tivemos oportunidade de sugerir à Câmara Municipal, que ou fizesse um negócio com base no valor dos terrenos e comprasse os terrenos aos proprietários, ou tivesse tomado posse administrativa daqueles terrenos para aquele fim, que era a construção do Parque da Devesa. É evidente que, a Câmara Municipal, não optou por nenhuma dessas opções, quer comprando os terrenos, quer expropriando os terrenos e acabou por fazer o acordo realizado em 2009. Na altura tivemos oportunidade de aqui o referir, de que dificilmente o acordo seria possível de ser concretizado, quer o Bloco de Esquerda, quer outros deputados que já cá não estão, tiveram na altura a oportunidade de alertar para essa possibilidade de o acordo não ser concretizado. O que e diga-se em abono da verdade, se veio a verificar. Veio-se a verificar e o proprietário acabou, se calhar legitimamente, por exigir que a Câmara lhe pagasse, aquilo que a própria Câmara teria proposto como indemnização a dar aos proprietários. Tivemos essa discussão na altura, debatemo-nos aqui pela não concretização do acordo, debatemo-nos aqui para que no Parque da Devesa, não fosse permitida mais construção

do que a que já existia e a que estava prevista, a Assembleia Municipal não aceitou e hoje estamos aqui perante um dilema, que é o termos que pagar e vamos continuar a ter mais construção. É verdade, como o senhor Presidente da Câmara diz, que nós temos um Parque da Cidade que dignifica o Concelho e que dá nome à Cidade. Mas quando nós falamos com alguém que nos visita, e dizemos que a parte Nascente do Parque vai ter cimento, a maior parte das pessoas ficam de boca aberta! Então como é que é possível, que um Parque desta dimensão vá naquela zona toda ter cimento? Mas é verdade, infelizmente é verdade! Infelizmente aquele Parque vai ser todo ele cercado, com a exceção das entradas, por cimento, uma parte já está e a outra parte vai ser! Como referi na altura, tivemos oportunidade de alertar e antes em plena campanha eleitoral, nas últimas eleições autárquicas, com a probabilidade da maioria da coligação PSD/CDS-PP ganhar as eleições, sugerimos e já o sugerimos posteriormente ao senhor Presidente da Câmara, para que ele tentasse fazer um acordo, tentasse negociar com os proprietários do terreno para que ali não fosse possível fazer construção. Infelizmente, porque não temos assento na Câmara, só sabemos das notícias quando elas chegam ao conhecimento público, o que se verifica é que a Câmara acabou por fazer um acordo, um jeito, uma negociata como já aqui foi referido, para favorecer os proprietários do terreno. O Bloco de Esquerda não pode e até por uma sequência lógica política que sempre teve nesta Assembleia, não pode de forma alguma ser favorável ao acordo que a Câmara assinou, ou vai assinar. Fundamentalmente, porque entendemos, que aquele Parque não deve ter mais construção, é uma questão de princípio, que nós consideramos que um Parque da Cidade daquela dimensão não deve ter mais construção, infelizmente, parece que vai ter! Infelizmente, parece que vai ter com o dinheiro da Câmara Municipal e ainda é mais grave, porque vai ser a Câmara Municipal que indiretamente vai pagar a construção, porque vai dar 6 milhões de euros ao proprietário para ele começar a fazer a obra. E portanto, além de termos o cimento que temos, vamos ter os cofres do Município a pagar o início da construção. Com o que acabo de expor, o Bloco de Esquerda, não pode de forma alguma votar, apoiar este acordo, porque consideramos prejudicial para o Município, porque consideramos prejudicial para o erário público e consideramos um pouco perigoso da forma como ele foi realizado. -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Muito brevemente, para dizer que o Grupo Municipal do PSD, vai votar sem qualquer reserva, a proposta que nos é apresentada aqui pelo Executivo. Fá-lo tal como o fez nas anteriores propostas, com perfeita convicção de que está a fazer aquilo que é o melhor para o Concelho e com perfeita consciência de que fazemos aquilo que a nossa consciência nos diz. Gostaria porém, de fazer aqui uma ressalva, é de louvar também a clareza, a transparência e a honestidade do senhor Presidente da Câmara quando toma uma posição de um assunto, que se calhar lhe seria mais agradável empurrar para a frente como o disse. Falou-se aqui de outros

exemplos, só queria dizer o seguinte, o Partido Socialista veio aqui através do senhor deputado, quase reproduzir a declaração de voto dos senhores Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal e acrescentando mais alguns elementos. Mas declaração de voto essa, que acaba por confessar, aquilo que foi de facto, essa sim, uma incompetência do anterior executivo. É que de facto, diz o Partido Socialista e diz na declaração de voto, que de facto, também ele queria construir o Parque da Devesa, só que teve tempo para o construir e não o fez. E são este tipo de verdades indesmentíveis, são este tipo de factos que nos trazem, que nos levam a votar favoravelmente esta proposta. Eu compreendo as preocupações do Bloco de Esquerda, compreendo algumas das preocupações da CDU. Agora nós vivemos num Estado de Direito, oh! Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, e nós não podemos avançar nem com confiscos, nem com tomadas de posse administrativa. Quando muito, mas aqui o senhor Presidente da Câmara veio esclarecer, quando muito, podemos avançar sim, ou poderíamos avançar sim, eventualmente com um processo de expropriação por utilidade pública, desde que, o processo fosse tão célere quanto possível para que se aproveitassem os fundos comunitários. E nós não podemos fazer ovos sem omeletes, e nessa altura se era condição “*Sine qua non*” para que se pudesse levar a cabo um sonho de todos os famalicenses, necessário era, como se disse aqui, que os terrenos estivessem na posse no domínio da Câmara Municipal. É certo que, qualquer ação judicial tem um risco, eu sei-o e todos os cidadãos sabem, mas se a Lei fosse matemática não havia necessidade de tribunais, não havia sequer necessidade de recursos, as ações eram todas decididas logo de início e sem qualquer objeto de possibilidade de litígio. E é precisamente por este risco, que é de facto um risco assinalável, que nós louvamos aqui a prudência deste Executivo Municipal, quando diz que assume e quer resolver hoje um problema para não o deixar para o futuro. Portanto, também por este motivo, o Executivo Camarário tem todo o nosso voto favorável. É claro que, também aqui estão juristas insígnies que o sabem, que quando se contesta uma ação deste género se terão de colocar todas as hipóteses jurídicas, todas as hipóteses judiciais, todas as probabilidades de entendimento do tribunal, mas não quer dizer que as aceitemos e transcrevê-las para pôr nisso um reconhecimento da Câmara de uma qualquer razão, ou falta de razão, é no mínimo no nosso entender, desonestidade intelectual. Portanto, porque entendemos que o processo é claro, porque entendemos que é uma boa solução para Famalicão e porque ainda hoje nos orgulhamos de ter aqui um Parque da Devesa de que toda a gente se orgulha, nós não teremos qualquer pejo em dar o nosso voto favorável. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (Luís Ângelo Oliveira)

– Senhores Deputados, relativamente à proposta que o partido Socialista deu entrada, a Mesa tem uma interpretação e diz o Artigo nº 2 do regimento o seguinte: - “ salvo disposição expressa a convocatória ou deliberação unânime da Assembleia, os grupos municipais que queiram apresentar

documentos sujeitos à discussão e votação no período de “*antes da Ordem do Dia*” ou da “*ordem do dia*”, devem entrega-los na Mesa até ao início da reunião”. Ou seja, esta diretiva só pode ser excecional se houver uma deliberação unânime da Assembleia. Neste sentido, como há um documento entregue pelo partido Socialista eu convoco os Líderes para termos uma pequena reunião e nos debruçarmos sobre isto. -----

---Neste momento, o Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, interrompeu os trabalhos. ---

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (Luís Ângelo Oliveira)**

– Senhores Deputados, relativamente à conferência de Líderes, a Mesa e podemos dizer que ainda bem e isto é que é democracia, as opiniões não são convergentes mas, a Mesa entende decidir da seguinte forma: - como a proposta tem um sentido restrito quanto à forma, ou seja, refere-se só à constituição de uma Comissão Eventual, mas é abrangente quanto à matéria ou seja, mais abrangente do que até o próprio ponto quando se refere para analisar a cedência de terrenos que vierem a integrar o denominado Parque da Devesa, o Parque da Devesa como sabem, tem vários terrenos, não só estes que estão aqui em discussão. A Mesa, como a proposta não é clara, poderemos ter em conta aqui a votação ou não do ponto se a proposta de constituição da Comissão Eventual põe em causa a votação do ponto ou não. Portanto, a Mesa para ficar claro, vai pôr a proposta à votação e depois a alternatividade dessa proposta que a mesma obstaculiza à votação do ponto ou não, e por último o ponto. Retomamos os trabalhos e a continuação da discussão do Ponto Terceiro. -----

---**DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – Foi aqui arguida a questão da honestidade intelectual que devia levar-nos a ter em consideração alguns aspetos. Eu gostaria de referir que, se assim é, e eu acho que é, esta questão da honestidade intelectual devia levar, a questão aqui é mais jurídica que outra coisa qualquer, devia levar os senhores juristas a que não arguissem nas suas ações ou nas suas contestações elementos que são apenas palha, se não servem para nada são palha e não se punham lá. Acho que, o senhor Deputado, Álvaro Oliveira, levantou esta questão e não devia ter levantado esta questão. A mesma honestidade, devia levar a que se reconhecesse no tempo do PS em relação ao Parque da Devesa, não havia omeletes, agora houve a partir de 2009. Mas na altura do PS, não havia omeletes, sabemos que não havia. Contudo, a mesma honestidade, devia levar-nos a reconhecer que o PS preservou o terreno, fosse através de que instrumentos fosse o PS preservou o terreno. E foi possível com essa preservação que nós pudéssemos vir a ter o Parque da Devesa. Finalmente a honestidade devia-nos levar a reconhecer que o QREN, tão criticado por esta maioria durante vários anos, afinal foi um ótimo instrumento para Vila Nova de Famalicão, nomeadamente para o Parque da Devesa e para outros. Apesar da maioria não o ter sabido aproveitar a tempo e horas, porque se tivesse sabido aproveitar a tempo e horas, certamente não teria tido falta de tempo, pelo menos falta de tempo teve para aprovar o Plano de Urbanização da Devesa, que nos leva e é esse sim o grande

erro da maioria, é essa falta de aprovação do Plano de Urbanização que nos leva a esta situação ingrata para os famalicenses. Finalmente, como proposta, já que se negociou uma redução de 35% da capacidade construtiva pagando a indemnização que está apontada na proposta da Câmara Municipal, porque não reduzir a construção a zero tendo em conta a capacidade e saúde financeira da Autarquia.-----

---**VITOR PEREIRA (PS)** – Este negócio que nós aqui estamos a discutir, traduz numa visão mais rigorosa do que está em causa, um ato de gestão absolutamente falhado. Nós enquanto Administração Pública, temos como princípio motor a prossecução do interesse público, o que pressupõe a opção pelas melhores opções de entre as possíveis, é o chamado *dever de boa administração*. E esta Câmara, que nos governa há mais de 3 anos, apesar dos vários apelos à prudência, colocou-nos numa posição de subalternidade em face de interesses estritamente privados. E agora sujeitam-nos ao pagamento de uma indemnização milionária e ao desvio de recursos preciosos que podiam e deviam ser canalizados para outros fins. Desde pelo menos, de 2009 até 2015, o Município e o PSD/CDS-PP que o sustenta, ou melhor a Câmara e a coligação que o sustenta, entendia o seguinte:- Os interesses de Vila Nova de Famalicão, mais concretamente as suas necessidades de crescimento urbano, impunham na orla do Parque da Devesa uma capacidade construtiva de 100 000m². Com base neste pressuposto, o Município opta em terrenos como contrapartida de loteamentos a fazer no futuro pelo proprietário dos mesmos, dispensando futuras concessões para o domínio público, compromete-se a realizar um Plano de Urbanismo num espaço muito curto de tempo. E apesar de todos os avisos à navegação, da extrema dificuldade de cumprir com esse preceito a que o próprio se impôs, apesar disso, o nosso Município decide vincular-se, depois previsivelmente, não cumpre e dá azo a esta possibilidade de uma indemnização milionária na ordem dos 15 milhões de euros. Agora a Câmara entende que, isto é um bom negócio, vamos fazer aqui um acordo e vamos entregar 6 milhões de euros, e atenção porque isto até é melhor do que se esperava, porque nós vamos reduzir a capacidade construtiva. O que é deveras espantoso, porque há aqui uma cambalhota lógica, um ziguezaguear de política municipal verdadeiramente estonteante. Então eis que, até 2015, a Câmara Municipal e a coligação que a sustenta, entende que 100 000m² é estrategicamente a melhor opção para Famalicão e em 2015, lembra-se e não se sabe muito bem porquê, de repente faz-se luz e há aqui uma epifania urbanística, e descobre que afinal 100 000m² é demais, é melhor reduzir, então vamos reduzir e entregar 6 milhões de euros para recomprar capacidade construtiva que a própria concedeu. Ora, os famalicenses não mereciam este ziguezaguear, esta política de indecisão que agora vale isto e depois vale aquilo, quando isto lhes entra no bolso e de forma particularmente dolorosa, 6 milhões de euros é muito dinheiro. O que é que mudou? Que doutrina inovadora de gestão urbanística e de gestão urbana foi produzida neste

período recente que leva a Câmara a de um momento para o outro, dar aqui uma cambalhota e os 100 000m² eram vantajosos e agora já não são? Mas que pressão de construção maciça leva hoje a entendermos que a capacidade construtiva da orla do Parque da Devesa, afinal é demais? Mas por acaso há alguma grua em Famalicão? Eu ainda não vi nenhuma e para quem se diz, enfim, liberal de direita, curioso que não deixe o próprio mercado de construção funcionar e deixar que o próprio dite o que é que efetivamente ali se vai construir, se é que algum dia se vai construir alguma coisa pelo menos num futuro próximo. Esta questão é preocupante por várias razões e uma delas que não é de somenos, é o facto de afetar profundamente a credibilidade desta instituição, afeta o prestígio de toda a classe política aos olhos do cidadão comum, aos olhos do cidadão que nos confiou o seu dinheiro na expectativa de o usarmos sabiamente, na prossecução do interesse coletivo. É uma proposta completamente injusta, para que tenhamos uma noção, 6 milhões de euros e estamos aqui a falar de números redondos porque depois há juros e mais não sei o quê, 6 milhões de euros são 45€ a cada famalicense, só nós aqui entre Deputados, Mesa e Vereadores, só nós aqui nesta sala temos 3 ou 4 mil euros que vão sair do nosso bolso. Ora, isto não afeta a confiança da nossa comunidade no trabalho que nós queremos desenvolver? É claro que afeta! Estar agora a mascarar isto com um discurso de fantasia, parece-nos absolutamente inapropriado que lesa mais esta casa do que possa parecer à primeira vista. Aliás, entendemos que, compreendemos que possa haver um erro, quem toma decisões pode errar e a Câmara Municipal tomou uma decisão e errou, errar é humano mesmo quando o erro é grosseiro, mesmo quando o erro é monumentalmente grosseiro, como por vezes há alguns e este será um desses. Ora, sendo que é humano, o que a Câmara tem a fazer é assumir as responsabilidades políticas e pedir desculpa aos famalicenses, pedir desculpa por lhes ir ao bolso buscar 45€ a cada um, tenha a idade que tiver, tenha a profissão que tiver, tenha os rendimentos que tiver, e era ao menos um gesto simbólico para enfim, esclarecer e tranquilizar a nossa comunidade. Talvez assim, se fizesse alguma justiça e se trouxesse algum esclarecimento para esta solução que verdadeiramente nos deveria envergonhar a todos.-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** - O debate político tem regras e a primeira regra é que ele deve assentar na verdade. Ora, e é bom que se diga em nome da verdade, que o partido Socialista falta à verdade. E falta à verdade quando arguiu, que em sede de Assembleia Municipal, aludiu para o perigo decorrente da fixação de um prazo para a aprovação do Plano de Urbanização que sabia depender de entidades externas às quais, portanto, não devia assumir compromissos. Senhor Presidente, senhores Deputados, não é verdade, é completamente falso. O que o PS disse, isso sim, foi de que, e passo a citar: - “ A Lei não admite forma nenhuma que se faça um contrato, com qualquer instituição que seja, que viabilize a alteração ou proposta de alteração do Plano de Diretor Municipal e estabeleça para o Município sanções no caso da alteração não ser introduzida”. Foi isto

que o partido Socialista afirmou! Declarações do Doutor Acácio Silva, 20 de fevereiro de 2009! E fez outras declarações exatamente no mesmo sentido, exatamente no mesmo dia. Curiosamente, senhor Presidente, senhores Deputados, o que estamos aqui a discutir não é a ilegalidade do contrato, o partido Socialista não tinha por isso razão. Mas curiosamente também, foi o partido Socialista que em 1996, na Urbanização de Talvai e que nós haveremos de falar um dia aqui com grande detalhe e pormenor, que estipulou no artigo, no parágrafo novo do referido acordo das Urbanizações de Talvai, sabe foram aqueles terrenos que foram cedidos à Câmara Municipal e que por seu turno os cedeu à Universidade Lusíada, para a construção das instalações definitivas da mesma e que depois não veio a acontecer. Dizia o parágrafo daquele contrato: - *“se por razões imputáveis ao representado do 2º outorgante não for possível a construção de qualquer um dos blocos previstos na planta anexa e respetivo regulamento, a Câmara Municipal indemnizará a representada do 1º outorgante, ou quem no momento for proprietário do terreno desse bloco de acordo com o seguinte critério, por cada 130m² correspondente a uma habitação T3 a menos de construção corresponderá a uma indemnização de 3 mil contos, e a esse valor sofrerá a atualização anual de acordo com o índice de inflação oficial contado desde a data da assinatura desta escritura até à data da recusa da construção”*. -----

---Segunda nota, segunda regra, a política deve ser feita com respeito! E aqui senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Deputados do partido Comunista, senhores Deputados do partido Socialista, senhores Deputados do Bloco de Esquerda, nós no combate político somos duros muitas vezes, somos acutilantes, somos às vezes extremamente severos, mas há uma coisa que nós nunca fizemos no passado, nem no presente, nós nunca nos socorremos da insinuação e nós nunca pusemos em causa a honorabilidade, a honra e a dignidade de nenhum dos titulares de cargos políticos do passado. Por isso, não podemos aceitar expressões como; *“cozinhado”*, *“esturro”*, *“negociata”* e outras tais como já aqui foram proferidas, e outras constam de declarações produzidas à imprensa.

---Terceira regra, memória. Não é possível fazer um debate político sem memória. Dizia o senhor Deputado, Paulo Pinto, *“este é o caso mais grave da democracia famalicense”*. Dizia ainda o senhor Deputado, Vitor Pereira, *“a Câmara Municipal não cumpriu o dever de boa administração”*. Oh! Senhores Deputados! Porventura, conhecerão Vossas Excelências o maior escândalo da democracia famalicense como a obra Urbanização de Talvai! (nós vamos falar mais à frente com pormenor). As aquisições de projetos culturais à Galeria Quadrado Azul que custaram 250 mil euros, sem que se tenha visto uma única obra! Onde está o meio milhão de euros, senhor Presidente, senhores Deputados, meio milhão de euros para a pista de Fradelos! E que dizer dos 3,750 milhões de euros para o Parque de Sinções por força da violação do contrato de aquisição! Os 500 mil euros para ex. proprietário Serafim Carvalho! 478 mil euros de despesas em garantias

bancárias! 140 mil euros para despesas bancárias com juros! 135 mil euros para despesas com honorários! 2,5 milhões de euros para a Mota & Companhia! Oh! Senhor Deputado, Vitor Pereira! Isto é exemplo de boa administração! O senhor não tem vergonha, o senhor não se sente envergonhado! O senhor acha que isto prestigiou o seu executivo! Agora fique sabendo de uma coisa, senhor Deputado, estes atos de gestão danosa que foram praticados, nós nunca insinuamos que estivessem por trás negociatas ou qualquer outro ato desse tipo. Foram atos de gestão danosa, mas nós nunca fizemos insinuações como Vossas Excelências aqui fazem. -----

---Para finalizar, quarta regra, realismo, dizer ao senhor Presidente da Câmara, esta parece-nos uma boa proposta de transação, parece-nos. Senhor Presidente, não é nos parece, esta é uma boa proposta de transação. E é uma boa proposta de transação, que impõe sabemos, um esforço significativo do Município, mas que impõe um esforço que eu acho que todos temos o dever de reconhecer, que sinceramente vale a pena. E vale a pena desde logo, porque é uma boa solução do ponto de vista financeiro, o senhor Presidente da Câmara teve o cuidado de o referir, mas eu queria realçar sobretudo ou também, uma boa proposta do ponto de vista urbanístico. Senhor Presidente, senhores Deputados, reduzir em 40% a capacidade construtiva daquele espaço, é um valor extremamente significativo e que irá trazer àquele Parque uma solução urbanística que já era boa, mas que agora passa a ser muito melhor. Para os mais distraídos, convém recordar também, que o esboço urbanístico de 2001 do partido Socialista, pressupunha uma área de 110m² para a mesma área de cedência que depois veio a verificar-se apenas com 100 000m². Senhor presidente, senhoras e senhores Deputados, é um esforço financeiro que vale a pena, e vale a pena porque nós estamos a falar, nem mais nem menos, que a principal obra que foi feita nos últimos 175 anos no nosso Município, sem sombra de dúvidas, não tenham a menor dúvida, mas não tenham mesmo. Pela dimensão do espaço urbano que foi qualificado. Pelo volume do investimento municipal, estatal e privado. Pelo número de agentes e instituições que foram mobilizados, não só a Adrave, o Citeve, a Associação de Moradores das Lameiras, a Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, mas agora também já no decurso da sua construção, a 54 entidades que abraçaram o projeto de compromisso e de envolvimento com o Parque da Devesa. Este é um esforço financeiro significativo sim, mas que vale a pena, vale a pena porque o próprio Parque da Cidade e aqui não foi referido, gera benefícios que ultrapassam claramente os seus investimentos. Segundo um estudo sobre o valor económico dos serviços prestados pelo Parque da Devesa, é estimado que o mesmo gera para a comunidade um benefício superior a 4,4 milhões de euros. O que é que isso significa, significa que em menos de seis anos, já contabilizados os 5,5 milhões de euros desta transação, o Parque terá gerado benefícios totais que ultrapassam claramente esse mesmo investimento. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Pediu a palavra para fazer uma interpelação ao senhor Deputado, Jorge

Oliveira. Senhor Deputado, o senhor no início da intervenção que eu tinha proferido afirmações que eram falsas. Eu gostava que o senhor dissesse, quais das situações que eu referi são falsas. E também falou a nível de capacidade construtiva, que o partido Socialista tinha apresentado uma proposta superior, onde é que está o documento. Gostaria de saber onde está o documento escrito que comprova essa questão da capacidade construtiva do partido Socialista. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Muito obrigado pelas perguntas que me coloca, senhor Deputado, é sempre um gosto poder esclarecer a si e à Câmara. Olhe! Senhor Deputado, quando diz que eu me referi a si e afirmei! -----

---Eu disse: - O partido Socialista afirmou!-----

---Posso sugerir-lhe e até distribuir, uma das edições de um jornal semanário, é que essa afirmação é produzida, nem mais nem menos, pelo Líder do seu partido local, o Doutor Luís Moniz! -----

---Segunda nota, diz Vossa Excelência, aonde é que está o esboço? -----

---Oh! Senhor Deputado, a não ser que Vossa Excelência ache que o ex. Deputado Jorge Costa é mentiroso, isso foi afirmado numa reunião aqui da existência desse esboço, da existência dos 110m², testemunhado pelos demais Vereadores. Oh! Senhor Deputado, na altura também Vereador o Arquiteto Armindo Costa, à altura também outros Vereadores que hoje não estão sentados e não vou citar porque não está aqui sentado nesta sala, e que fez referência a essa existência. A demais, senhor Deputado, eu próprio estive com o estudo, espero que não queira constituir uma comissão de inquérito para isso, mas podemos tentar! -----

---**PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE FRADELOS** – Eu vim aqui só para dar uma resposta ao senhor Deputado, Jorge Oliveira, que eu andava esquecido, há doze anos que sou Presidente de Junta, não me lembrava que se tinha gasto tanto dinheiro em Fradelos! Eu que ando sempre de volta do senhor Vereador do saneamento, porque queria fazer lá uns metrozinhos de saneamento e gastou-se tanto dinheiro numa pista! Ouvi aqui falar em 500 mil euros, e ainda vem esta gente dizer que, o Presidente da Câmara anterior, do partido Socialista, que não era afilhado do ex. Presidente de Junta de Fradelos, eram os dois do mesmo partido! O terreno era do ex. Presidente de Junta, o ex. Presidente da Câmara fez o investimento para fazer uma pista em Fradelos. Não temos pista, não temos o dinheiro, não temos saneamento, não temos nada! Então o que é que andamos a fazer no tempo do partido Socialista? Foi por isso que ele perdeu as eleições, foi pelo bom trabalho que fez. Assim é que vemos onde é que está a boa gestão das pessoas que estão envolvidas pelo nosso Concelho. É investir em fundos perdidos! Eu tanto gosto das corridas e não temos uma pista em Fradelos, isto é que é de lamentar. Ainda bem que o senhor Deputado, Jorge Oliveira, veio aqui dizer aquilo que eu já não me lembrava, já vai há muitos anos, daquilo que se gastava e não se via frutos. E agora estamos aqui a discutir assuntos dizendo que é mal empregue,

que é mal gasto. Só que tem uma coisa, toda a gente em Famalicão ao menos ao domingo dão umas passadas e andam entretidas no Parque da Devesa, e se não fosse lá gasto o dinheiro as pessoas andavam atrás de um campo ou de uma pista sozinhos.-----

---**VITOR PEREIRA (PS)** – Em matéria de debate político, eu também sou partidário de princípios e de regras de atuação, até se me permitem, vou fazer duas, ou três. -----

---Juízo são na cabeça! Isto é um negócio ruinoso, resulta da inabilidade da Câmara em gerir de forma mais hábil este dossiê, caso contrário não teríamos aqui 15 milhões de euros num pedido e 6 milhões de euros a serem entregues a um particular. -----

---Segunda regra, decência no coração! É dinheiro dos famalicenses que está a ser desbaratado e que vai para outras necessidades que não as mais prementes. -----

---Terceira regra, na cara, decoro! Estamos a falar da Devesa e não de assuntos laterais que nada tem que ver com o que nos trás aqui hoje. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente, só para registar que o senhor Deputado, Vitor Pereira, de facto, considera assuntos laterais, enfiar 3,7 milhões de euros no Parque de Sinções! Que acha com normalidade, em assuntos laterais gastar 500 mil euros na pista de Fradelos! Que acha normal, uma coisa corriqueira, gastar 250 mil euros em obras de arte que nunca apareceram! E também, que acha perfeitamente normal, gastar-se todo esse dinheiro sem que o Município haja colhido nenhum benefício. Pior ainda, registo que o senhor Deputado, Vitor Pereira, de facto, não tem pinga de vergonha em nada daquilo que foi feito do que aqui referi. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Pelas declarações acabadas de ouvir, designadamente, pelo senhor Deputado, Jorge Oliveira, também o partido Socialista parece cedo concluir, que se um argumenta de que o outro gastou dinheiro, aqui enfim, invertem-se os papéis. Parece-nos que de facto, esses argumentos valem o que valem e até fica mal, digamos assim, serem colocados e da forma como ficam. Dado que, o que está aqui em causa e a nosso ver, é a desbaratização de dinheiros que na verdade deveriam ser evitados. E aqui a CDU, em devido tempo aquando desta discussão designadamente, do Parque da Devesa, não foi ao encontro desta proposta da consideração da construção imobiliária, nós pretendíamos e votamos contra esta reserva para a construção da parte imobiliária. E hoje, estamos aqui exatamente porque deram azo a este imbróglio, e quando se trata de algo, como de facto foi criado, não pela CDU porque nunca o defendemos, mas sim na altura pela Direita que votou no sentido de querer à viva força a construção desta parte para o imobiliário. É claro que, estamos agora aqui na presença de uma discussão, não de alguns milhares de euros, porque não poderemos levar isto de ânimo leve, mas sim de alguns milhões de euros e que isto na verdade, não passa a nosso ver, de dar de mão beijada a alguém que de facto, não deveria ser feito desta forma e a Câmara levar por diante porque tem que acreditar naquilo que defende em sede

de tribunal, deve acreditar nisso, deve levar isto pelo menos até ao momento em que se criem melhores condições, eventualmente, até de alguma negociação por forma a que se atalhe o melhor caminho para a solução deste problema, mas que logo à partida a nosso ver, é algo que transcende, é escandaloso estar-se na presença desta proposta e a Câmara deveria resolver melhor com o outro lado, renegociar este problema. Por exemplo, a questão dos juros deveria ser posta de parte imediatamente, só em juros é cerca de 1 milhão de euros, mas não chegando naturalmente, de ânimo leve a este acordo sem primeiro ajuizar bem melhor. Daí que, recomendaríamos à Câmara que tivesse em conta a possibilidade e dar aqui bastante o exemplo aos cidadãos, e que a Câmara Municipal acredita na justiça, mesmo até considerando porventura a existência de alguns erros de ordem técnica, Mas na verdade, quem negligenciou tudo isto, naturalmente, há que chegar o momento e resolver a questão. Sempre seríamos muito a favor de que a reserva deste espaço fosse entregue ao Município, custa-nos, de facto imenso, ver este problema da forma como ele está criado, ou seja, ver a própria Autora a ficar com a posse desta parte do terreno para mais tarde poder construir, e na medida da capacidade construtiva que pelos vistos está em vias de ser acordado de menos 40% do que estava inicialmente apontado. Portanto, só este facto, por si só, já não falando nos 6 milhões de euros, só este facto, já é um escândalo porque toda aquela zona deveria ser do Município, deveria ser entregue ao Parque como é de inteira justiça e como se costuma dizer, devia ter sido em devido tempo e não o foi. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Eu vou ser breve senhores Deputados e quero dizer-vos o seguinte, eu não vou pronunciar-me aqui a algumas referências que foram feitas, nomeadamente, da qualificação que fazem da solução que encontramos. Só quero dizer-vos uma coisa, nunca me ouviram pôr em causa o cuidado e a competência de todos os autarcas que me antecederam, de nenhum, nunca me ouviram, nem me ouvirão. Tenho muito respeito por todos os que são eleitos e acredito que todos façam o seu melhor. Trabalho diariamente com os senhores Presidentes de Junta, com todos os eleitos e de forças políticas distintas, tenho respeito por todos e muita consideração, não é só por terem sido eleitos, o que tenho é a certeza de que estão a fazer o seu melhor. E portanto, em relação ao passado tenho igual consideração e tenho a certeza que quem me antecedeu ao longo destes mais de 40 anos de democracia, procurou fazer o melhor pelo Concelho e por isso, confesso que, me surpreende algumas afirmações tenham sido proferidas, não só aqui como noutras circunstâncias, mas quero que saibam também, que quando fomos eleitos entendemos que tínhamos um mandato para resolver problemas e para atalhar caminhos, e o que estamos aqui a fazer é resolver problemas e a atalhar caminhos, encontrar melhores soluções para o Concelho. Há outras melhores, quem sabe! Estas são aquelas que nós propomos, absolutamente conscientes de que são as melhores que nós encontramos, por isso, trouxemos esta proposta. -----

---**HUGO SAMPAIO (PS)** – A coligação em bandeira em arco, a garantia da sustentabilidade das gerações vindouras, falando até de prosperidade, contudo não é o que se verifica. Este Executivo, é perito em contratações milionárias que levam ao pagamento de indemnizações milionárias. A minha geração já tem o futuro hipotecado, já nos convidaram até num passado recente a emigrar. Espero que, a geração dos meus filhos que ainda não nasceram, não tenham o futuro hipotecado. Senhores Deputados, o que se está a passar aqui hoje, faz-me pensar o modelo de intervenção cívica de alguns, preocupa-me saber que alguns Deputados aqui nesta sala não vão votar em consciência, se assim não fosse, este ziguezague que aqui hoje estamos a discutir não era aprovado. -----

---**NUNO SÁ (PS)** – Senhor Presidente, em poucos segundos algumas questões que lhe queria deixar e uma questão tão séria agradecia-lhe se me puder responder eu vou ser muito objetivo. -----

---Em primeiro lugar, são cerca de 6 milhões de euros, como diria Durão Barroso, “é uma pipa de massa”, penso que está de acordo. É ou não é, objetivamente e de forma cética, sem nenhuma valoração, um negócio que todos nós gostaríamos de fazer na vida, os chamados “negócios da china”. Um terreno que valia 1 342 350,00 € (um milhão trezentos e quarenta e dois mil trezentos e cinquenta euros) vai render para o mesmo proprietário cerca de 6 milhões de euros. Um terreno que não tinha nenhuma capacidade construtiva, vai passar a ter capacidade construtiva, isto é ou não é, um negócio da china para qualquer construtor?-----

---Não percebi, porque é que o senhor Presidente, fez tanta ressalva de que não era Vereador e repetiu exaustivamente, ao tempo do acordo de 2009, não percebi.-----

---Não percebi, porque é que em 2009 e se o senhor Presidente apoia o acordo, foi encontrado o valor de 15 milhões de euros na cláusula penal, porquê?-----

---Qual é a média de elaboração e aprovação de um Plano de Urbanização, custo-ma ser de 1 ano?

---O que é que lhe disseram, senhor Presidente, os pareceres dos Advogados que o aconselharam a fazer imediatamente esta transação e que jurisprudência existe que aconselha a esta transação?-----

---Finalmente, porque é que não chegamos sequer a uma audiência preliminar, nem uma fase de fixação de quesitos? -----

---E termino dizendo, senhor Presidente, o QREN não acabava em 2013? Não havia outro quadro comunitário? Fazer o Parque nesta altura, não deu jeito como herança do Arquiteto Armindo Costa e em pleno ato eleitoral para as Autárquicas para 2013. A quem é que deu jeito estes *timings*? -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Oh! Senhor Deputado, eu estou muito confortável neste assunto, não sei se já percebeu isso? Eu estou muito confortável e quando citei a minha presença, ou a minha ausência, foi só por uma questão de cronologia. Porque eu entendo que, quando não estou presente nas deliberações devo justificar a fonte do meu conhecimento, por uma questão de rigor que eu prezo e que continuarei a exigir de mim mesmo. Depois quero dizer ao

senhor Deputado, o senhor fez uma pergunta e já sabe que não é uma pergunta e eu não vou nem usar a expressão que o senhor usou, é sua, da sua responsabilidade, eu não me revejo nela portanto, entendo que se trata de uma afirmação, ou pelo menos de uma indução e portanto, não vou comentá-la!-----

---Sobre a questão da audiência prévia, o senhor Deputado não deve conhecer o processo, não tem que o conhecer, mas essas fases processuais aconteceram, aliás, houve uma marcação de julgamento, houve um adiamento de julgamento. Portanto, já houve duas marcações, ambas foram objeto de adiamento, mas os factos estão no processo e como sabe, o processo é público, é consultado por todos e o senhor que tem formação na área, sabe como é que isso funciona. Depois quero também dizer ao senhor Deputado, sobre a questão dos aconselhamentos, a Câmara Municipal pediu inclusive um relatório de avaliação de contingências, ao longo deste tempo todo fomos cuidadosos na decisão que tínhamos que tomar neste processo. Nós não somos aventureiros senhor Deputado! Nós somos conscientes e sabemos que estamos a falar de muito dinheiro, eu já disse isto em público, isto não é pouco dinheiro, não é por serem 45€ a cada famalicense, é muito dinheiro, nós sabemos disso. E portanto, se somos cuidadosos nas decisões diárias, também temos de ser muito mais nesta questão, não foi uma decisão de ânimo leve, é um processo consensual que tem sensivelmente dois anos. Ao longo deste tempo, nós fomos junto dos nossos quadros, quer na área do planeamento, quer na área jurídica, avaliando todas as possibilidades que existiam. E foi em função da reunião dessas informações, que nós chegamos a esta proposta, não é uma proposta adotada por um homem só, não é uma proposta que resulte de um ato fugaz, é uma proposta que resulta de um ato refletido, de um ato comprometido em termos de Executivo e não só na Câmara Municipal, e de um ato que se ancorou em pareceres, em opiniões e em avaliações feitas por pessoas que estão habituadas a tratar desta matéria. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIALISTA RELATIVACÃO Á CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO. FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E OITO VOTOS CONTRA, TREZE ABSTENÇÕES E QUATRO VOTOS CONTRA. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSAÇÃO JUDICIAL NO ÂMBITO DO PROCESSO Nº 1278/13.5BEBRG, E RESPETIVAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO EXPRESSAS NA PROPOSTA RESPETIVA, E DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE URBANIZAÇÃO NO ÂMBITO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO P.U DA DEVESA, RESPETIVAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS E AUTORIZAÇÃO DO RESPETIVO COMPROMISSO PLURIANUAL NOS TERMOS DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA

REDAÇÃO ATUAL. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E TREZE VOTOS CONTRA. -----

---QUARTO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Avaliação de Cedências para o domínio do município, para os efeitos previstos na alínea i), do número 1, do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tomar conhecimento e aprovar, para efeitos de arrolamento e inventariação, pelo montante de 217.408,65€ (duzentos e dezassete mil quatrocentos e oito euros e sessenta e cinco cêntimos) a relação de cedências constantes da relação anexa à presente proposta e que por economia e brevidade, aqui se dá como reproduzida, passando as mesmas assim a integrar o inventário de bens imóveis do Município.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----

---DOMINGOS COSTA (CDU) – Senhor Presidente, só para dizer que a CDU já aliás, na sequência de uma outra proposta idêntica a esta, estamos de acordo com o enriquecimento para o domínio público portanto, das cedências no que concerne a esta proposta. Queríamos dizer que estamos de acordo com ela e portanto, iremos naturalmente, votar a favor.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 33º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TOMAR CONHECIMENTO E APROVAR, PARA EFEITOS DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO, PELO MONTANTE DE 217.408,65€ (DUZENTOS E DEZASSETES MIL QUATROCENTOS E OITO EUROS E SESSENTA E CINCO CÊNTIMOS) A RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS CONSTANTES DA RELAÇÃO ANEXA À PRESENTE PROPOSTA E QUE POR ECONOMIA E BREVIDADE, AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA, PASSANDO AS MESMAS ASSIM A INTEGRAR O INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----

---QUINTO PONTO - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno, com a área de 120,00 m2, sita na freguesia de Oliveira São Mateus, nos termos da respetiva proposta.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (Luís Ângelo Oliveira)

---Senhores Deputados, retificado este quinto ponto no início desta sessão, passará então a constar a seguinte redação: “Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno,

com a área de 120,00 m2, a confrontar do norte com Manuel José Queirós Ferreira, do sul com Caminho público, do nascente com Junta de Freguesia de Oliveira São Mateus e do poente com Rua Zona Industrial de Pocinhos, sita na Rua Zona Industrial de Pocinhos da freguesia de Oliveira São Mateus, Concelho de Vila Nova de Famalicão, nos termos da respetiva proposta”. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----

---DOMINGOS COSTA (CDU) – Senhor Presidente e senhores Deputados, a CDU uma vez mais vem intervir neste tipo de propostas, não sem que, o que nos parece perfeitamente natural, não sem que se coloque uma questão importante a nosso ver, no âmbito já agora do próprio Presidente da Junta. Nesta situação, quando se pretende que esta área de terreno fique afeta ao domínio público, a nós coloca-se desde logo esta questão, mas então nesta Freguesia de S. Mateus, não haverá nenhuma ideia até no âmbito das ideias previstas deste plano Visão 25, mas não haverá mesmo nenhuma ideia que vá ao encontro da ocupação e não é da ocupação de um espaço enorme, não se trata aqui de um espaço tão grande como isso, e onde se venha a despende uma soma grande em dinheiro. O senhor Presidente da Junta, não tem mesmo uma ideia para este espaço tão pequeno? Se for necessário nós damos uma ideia, a colocação de dois bancos de jardim, uma árvore, e uma simples árvore pode marcar aqui a diferença, naturalmente, diferença essa que tem a ver com aquilo que o senhor Presidente da Junta diz na sua declaração, remeteu apenas para o seguinte: - *“trata-se de um espaço todo ele que se foi transformando numa autêntica lixeira.”* -----

Ora bem, coloca-se aqui uma questão, qual é a função do Presidente da Junta de facto, para estas situações. A nosso ver, não havendo nenhuma ideia, não havendo vontade, não havendo para um espaço tão pequeno a solução de um problema, então somos obrigados a concluir mais uma vez, que se trata de um frete e um frete a um privado. Já que o privado está na ânsia de obter este espaço, mas nem sequer e já agora, é colocada aqui qualquer tipo de proposta que vá no sentido de o privado dizer quanto é que oferece. Se eventualmente, apalavrou com alguém, sei lá, da Junta de Freguesia, ou do Município, se apalavrou alguma proposta para obtenção deste espaço. A nosso ver, parece-nos sem dúvida, estamos perante uma situação mais uma vez, de um frete a alguém que em prejuízo portanto uma vez mais, daquilo que nós consideramos espaço público. Naturalmente, iremos votar contra-----

---ADELINO MOTA (BE) – Senhor Presidente, só duas observações. A proposta tem no primeiro considerando e dizendo que, o senhor Manuel Queirós Ferreira, tem interesse na aquisição daquele terreno. Depois na declaração da Junta de Freguesia diz que, o mesmo senhor está interessado em adquirir o terreno. Não tem sido norma, que estes estilos de propostas vêm à Câmara Municipal e vêm à Assembleia Municipal, indicarem que há determinado individuo que tem interesse na aquisição do terreno. O que eu quero perguntar é o seguinte, se a Câmara Municipal já negociou com o senhor

o terreno, se o vai vender diretamente, como é que vai fazer e qual é o valor?-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – A declaração da Junta de Freguesia, tem uma função que é evidenciar que de momento não existe um projeto, um plano de intenções para um espaço. Eu também gosto muito de espaços públicos, mas nós temos espaços públicos em que as pessoas tenham noção do que é que lá se faz, temos espaços públicos com animais indesejados, com silvas, com mato, maltratados e portanto, nós estamos a viver uma contingência que não é de excesso de equipamentos, mas temos de tomar cuidado e perceber onde é que eles fazem falta, onde é que não fazem falta. A Junta de Freguesia veio declarar, que este espaço não tem um interesse de o reter, nem de o aplicar para qualquer outra utilização. Quanto à questão do interessado, o interessado não vincula à Câmara Municipal, senhor Deputado. A Câmara Municipal vai seguir um procedimento, que pode ser a hasta pública ou outro para proceder à venda. O que a Junta fez e bem, foi sinalizar que há uma pessoa que tem interesse na compra. O que pode acontecer também, é que pode haver terrenos que nós queremos vendê-los mas ninguém os quer comprar, isso também acontece, senhor Deputado. Portanto, o que a Junta faz, é indicar que há pessoas interessadas na compra, ou seja, aparentemente, haverá alguém que venha ao procedimento que a Câmara adotar para a venda do terreno e demonstrar interesse. Quanto a preços, não há neste momento ainda uma definição, embora haja uma avaliação. Como sabe todos estes prédios são objeto de uma avaliação e essa avaliação não limita, não fixa o valor da venda, mas é um valor base de referência, só isso.

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 120,00 M2, A CONFRONTAR DO NORTE COM MANUEL JOSÉ QUEIRÓS FERREIRA, DO SUL COM CAMINHO PÚBLICO, DO NASCENTE COM JUNTA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA SÃO MATEUS E DO POENTE COM RUA ZONA INDUSTRIAL DE POCINHOS, SITA NA RUA ZONA INDUSTRIAL DE POCINHOS DA FREGUESIA DE OLIVEIRA SÃO MATEUS, CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. -----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS. -----

Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

---Para este período não houve inscrições por parte do público, e nada mais havendo a tratar passou-se à chamada final, sendo dada a reunião como encerrada às zero horas três e trinta minutos do dia

seguinte. -----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO-----

-----O SECRETÁRIO-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças. -----

---Documentos referentes aos pontos 1,2,3,4 e 5. -----

---Proposta do Partido Socialista relativamente ao Terceiro Ponto. -----

---Minutas de ata dos pontos 2,3,4 e 5. -----
